


MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
 AUTORIDADE TRIBUTÁRIA
 E ADUANEIRA

**DECLARAÇÃO
 DE
 RENDIMENTOS**

REGIÕES AUTÓNOMAS																			
01	N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)	02	PERÍODO																
	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%; text-align: center;">1</td> <td style="width: 10%;"></td> </tr> </table>	1									<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%; text-align: center;">1</td> <td style="width: 10%;"></td> </tr> </table>	1							
1																			
1																			

 **IRC**
MODELO 22
ANEXO C

REGIÕES AUTÓNOMAS			
04	REGIME GERAL, REGIME SIMPLIFICADO COM APLICAÇÃO DAS TAXAS REGIONAIS E REGIME ESPECIAL DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE MARÍTIMO		
Valores Globais	MATÉRIA COLETÁVEL (campos 311 + 336, exceto campo 300, do quadro 09 da declaração ou campo 42 do Anexo E)	6	. . ,
	MATÉRIA COLETÁVEL REGIME ESPECIAL (Decreto-lei n.º 92/2018, de 13/11) - (campo 300 do quadro 09 da declaração)	6-A	. . ,
	COLETA: Se PME ou SMC - até € 50.000,00 (montante até € 50.000,00 do campo 6 x 17%)	7-A	. . ,
	COLETA: Se PME ou SMC - superior a € 50.000,00 [(campo 6 - € 50.000,00) x 21%] ou se Grande empresa (campo 6 x 21%)	7-B	. . ,
	COLETA do REGIME ESPECIAL (Decreto-lei n.º 92/2018, de 13/11) - (campo 6-A x 21%)	7-C	. . ,
RAM	COLETA da RAM: Se PME ou SMC até € 50.000,00 (campo 4 do quadro 11-B da declaração x montante até € 50.000,00 x 11,9%) - a transportar para o campo 370 da declaração	8-A	. . ,
	COLETA da RAM: Se PME ou SMC - superior a € 50.000,00 [campo 4 do quadro 11-B da declaração x (campo 6 - € 50.000,00) x 14,7%] ou se Grande empresa [campo 4 do quadro 11-B da declaração x campo 6 x 14,7%] - a transportar para o campo 370 da declaração	8-B	. . ,
	COLETA do REGIME ESPECIAL (Decreto-lei n.º 92/2018, de 13/11) na RAM - (campo 4 do quadro 11-B da declaração x campo 6-A x 14,7%) - a transportar para o campo 370 da declaração	8-C	. . ,
RAA	COLETA da RAA: Se PME ou SMC - até € 50.000,00 [campo 5 do quadro 11-B da declaração x (montante até € 50.000,00 do campo 6) x 11,9%] - a transportar para o campo 350 da declaração	9-A	. . ,
	COLETA da RAA: Se PME ou SMC - superior a € 50.000,00 [campo 5 do quadro 11-B da declaração x (campo 6 - € 50.000,00) x 14,7%] ou se Grande Empresa (campo 5 do quadro 11-B da declaração x campo 6 x 14,7%) - a transportar para o campo 350 da declaração	9-B	. . ,
	COLETA do REGIME ESPECIAL (Decreto-lei n.º 92/2018, de 13/11) na RAA - (campo 5 do quadro 11-B da declaração x campo 6-A x 14,7%) - a transportar para o campo 350 da declaração	9-C	. . ,
Continente	COLETA do CONTINENTE: Se PME ou SMC - até € 50.000,00 (campo 22 do quadro 11-B da declaração x campo 7-A) - a transportar para o campo 347-A da declaração	10-A	. . ,
	COLETA do CONTINENTE: Se PME ou SMC - superior a € 50.000,00 (campo 22 do quadro 11-B da declaração x campo 7-B) ou se Grande empresa (campo 22 do quadro 11-B da declaração x campo 7-B) - a transportar para o campo 347-B da declaração	10-B	. . ,
	COLETA do REGIME ESPECIAL (Decreto-lei n.º 92/2018, de 13/11) no CONTINENTE (campo 22 do quadro 11-B da declaração x campo 7-C) - a transportar para o campo 347-B da declaração	10-C	. . ,
05	ANTIGO REGIME SIMPLIFICADO (ex-artigo 58.º do CIRC), REGIMES DE REDUÇÃO DE TAXA, ENTIDADES QUE NÃO EXERCEM A TÍTULO PRINCIPAL UMA ATIVIDADE COMERCIAL, INDUSTRIAL OU AGRÍCOLA		
	MATÉRIA COLETÁVEL (campos 311-399 ou campo 322 ou campo 409 do quadro 09 da declaração)	11	. . ,
	COLETA: (campo 11 x taxa) 21 , %	12	. . ,
	COLETA da RAM: (campo 4 do quadro 11-B da declaração x campo 12) - a transportar para o campo 370 da declaração	13	. . ,
	COLETA da RAA: (campo 5 do quadro 11-B da declaração x campo 12 x 0,7) - a transportar para o campo 350 da declaração	14	. . ,
	COLETA do CONTINENTE: (campo 22 do quadro 11-B da declaração x campo 12) - a transportar para o campo 349 da declaração	15	. . ,
06	REGIME GERAL SEM APLICAÇÃO DAS TAXAS REGIONAIS		
Valores Globais	MATÉRIA COLETÁVEL (campo 311 do quadro 09 da declaração)	16	. . ,
	COLETA: Se PME ou SMC - superior a € 50.000,00 [(campo 16 - € 50.000,00) x 21%] ou se Grande empresa (campo 16 x 21%)	17-A	. . ,
	COLETA: Se PME ou SMC - superior a € 50.000,00 [(campo 16 - € 50.000,00) x 21%] ou se Grande empresa (campo 16 x 21%)	17-B	. . ,
RAM	COLETA da RAM: Se PME ou SMC - até € 50.000,00 (campo 4 do quadro 11-B da declaração x campo 17-A) - a transportar para o campo 370 da declaração	18-A	. . ,
	Se PME ou SMC - superior a € 50.000,00 (campo 4 do quadro 11-B da declaração x campo 17-B) ou se Grande empresa (campo 4 do quadro 11-B da declaração x campo 17-B) - a transportar para o campo 370 da declaração	18-B	. . ,
RAA	COLETA da RAA: Se PME ou SMC - até € 50.000,00 (campo 5 do quadro 11-B da declaração x campo 17-A) - a transportar para o campo 350 da declaração	19-A	. . ,
	COLETA da RAA: Se PME ou SMC - superior a € 50.000,00 (campo 5 do quadro 11-B da declaração x campo 17-B) ou se Grande empresa (campo 5 do quadro 11-B da declaração x campo 17-B) - a transportar para o campo 350 da declaração	19-B	. . ,
Continente	COLETA do CONTINENTE: Se PME ou SMC - até € 50.000,00 (campo 22 do quadro 11-B da declaração x campo 17-A) - a transportar para o campo 347-A da declaração	20-A	. . ,
	COLETA do CONTINENTE: Se PME ou SMC - superior a € 50.000,00 (campo 22 do quadro 11-B da declaração x campo 17-B) ou se Grande empresa (campo 22 do quadro 11-B da declaração x campo 17-B) - a transportar para o campo 347-B da declaração	20-B	. . ,

06-A		REGIME DE GRUPOS DE SOCIEDADES COM APLICAÇÃO DAS TAXAS REGIONAIS			
Valores Globais	MATÉRIA COLETÁVEL (Campo 311 do Quadro 09 da declaração)	22	.	.	,
	COLETA: Se PME ou SMC - até €50.000,00 (montante até €50.000,00 do campo 22 x 17%)	22-A	.	.	,
	COLETA: Se PME ou SMC - superior a €50.000,00 [(campo 22 - € 50.000,00) x 21%] ou se Grande empresa (campo 22 x 21%)	22-B	.	.	,
RAM	COLETA da RAM: Se PME ou SMC - até €50.000,00 (campo 4 do quadro 11-B da declaração x montante até 50.000,00 do campo 22 x 11,9%) - a transportar para o campo 370 da declaração	23-A	.	.	,
	COLETA da RAM: Se PME ou SMC - superior a €50.000,00 (campo 4 do quadro 11-B da declaração x (campo 22 - 50.000,00) x 14,7%) ou se Grande empresa (campo 4 do quadro 11-B da declaração x campo 22 x 14,7%) - a transportar para o campo 370 da declaração	23-B	.	.	,
RAA	COLETA da RAA: Se PME ou SMC - até €50.000,00 (campo 5 do quadro 11-B da declaração x montante até 50.000,00 do campo 22 x 11,9%) - a transportar para o campo 350 da declaração	24-A	.	.	,
	COLETA da RAA: Se PME ou SMC - superior a €50.000,00 (campo 5 do quadro 11-B da declaração x (campo 22 - 50.000,00) x 14,7%) ou se Grande empresa (campo 5 do quadro 11-B da declaração x campo 22 x 14,7%) - a transportar para o campo 350 da declaração	24-B	.	.	,

07		BENEFÍCIO DE REDUÇÃO DE TAXA APLICÁVEL AOS TERRITÓRIOS DO INTERIOR NO ÂMBITO DA R. A. M e R.A.A			
Valores Globais	MATÉRIA COLETÁVEL (campo 42 do Anexo E ou campo 322 do quadro 09)	1	.	.	,
	COLETA: PME ou SMC - até €50.000,00 (montante até €50.000,00 do campo 1 x 17%)	2-A	.	.	,
	COLETA: PME ou SMC - superior a €50.000,00 [(campo 1 - €50.000,00) x 21%]	2-B	.	.	,
RAM	COLETA da RAM: PME ou SMC - até €50.000,00 (campo 4 do quadro 11-B da declaração x montante até €50.000,00 x 8,75%) - a transportar para o campo 370 da declaração	3-A	.	.	,
	COLETA da RAM: PME ou SMC - superior a €50.000,00 [campo 4 do quadro 11-B da declaração x (campo 1 - €50.000,00) x 14,7%] - a transportar para o campo 370 da declaração	3-B	.	.	,
RAA	COLETA da RAA: PME - até €50.000,00 [campo 5 do quadro 11-B da declaração x (montante até €50.000,00 do campo 1) x 8,75%] - a transportar para o campo 350 da declaração	4-A	.	.	,
	COLETA da RAA: PME - superior a €50.000,00 [campo 5 do quadro 11-B da declaração x (campo 1 - €50.000,00) x 14,7%] - a transportar para o campo 350 da declaração	4-B	.	.	,
Contínente	COLETA do CONTINENTE: PME ou SMC - até €50.000,00 (campo 22 do quadro 11-B da declaração x campo 2-A) - a transportar para o campo 349 da declaração	5-A	.	.	,
	COLETA do CONTINENTE: PME ou SMC - superior a €50.000,00 (campo 22 do quadro 11-B da declaração x campo 2-B) - a transportar para o campo 347-B da declaração	5-B	.	.	,

**Instruções de preenchimento do anexo C da declaração modelo 22
(impresso em vigor a partir de 2024)**

De acordo com o artigo 26.º da Lei Orgânica n.º 2/2013 de 2 de setembro (Lei das Finanças das Regiões Autónomas), constitui receita de cada região autónoma o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC):

- Devido por pessoas coletivas ou equiparadas que tenham sede, direção efetiva ou estabelecimento estável numa única região;
- Devido por pessoas coletivas ou equiparadas que tenham sede ou direção efetiva em território português e possuam sucursais, delegações, agências, escritórios, instalações ou quaisquer formas de representação permanente sem personalidade jurídica própria em mais de uma circunscrição.

Quando existam rendimentos imputáveis às regiões autónomas, os sujeitos passivos estão obrigados a enviar o **anexo C** da declaração modelo 22, **exceto se a matéria coletável do período for nula.**

Este anexo é **obrigatoriamente** apresentado:

- Por qualquer pessoa coletiva ou equiparada, com sede, estabelecimento estável ou direção efetiva em território português, que possua sucursais, delegações, agências, escritórios, instalações ou qualquer forma de representação permanente sem personalidade jurídica própria em mais de uma circunscrição. Entende-se por circunscrição, o território do continente ou de uma região autónoma, consoante o caso;
- Pelos sujeitos passivos não residentes com estabelecimentos estáveis em mais de uma circunscrição;
- Pelos sujeitos passivos que tenham rendimentos imputáveis à Região Autónoma dos Açores, e/ou rendimentos imputáveis à Região Autónoma da Madeira.

Os rendimentos **imputáveis às regiões autónomas**, de acordo com os regimes previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio, e no Decreto Legislativo Regional n.º 2/2001/M, de 20 de fevereiro, com a redação do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M, de 29 de dezembro, são considerados rendimentos do **regime geral**.

Os rácios do volume de negócios a aplicar para efeitos de repartição da coleta por circunscrição no presente Anexo, são os calculados no quadro 11-B da declaração de rendimentos modelo 22.

Quadro 04 – Regime geral e regime simplificado com aplicação das taxas regionais e regime especial das atividades de transporte marítimo

Este quadro destina-se aos sujeitos passivos que reúnam as condições para aplicação das taxas regionais e que se encontrem enquadrados no regime geral e no novo regime simplificado e que exerçam, diretamente e a título principal, uma atividade económica de natureza comercial, industrial ou agrícola, quer se trate de micro, pequena ou média empresa (PME) ou *Small Mid Cap* ou de grande empresa.

Destina-se também aos sujeitos passivos que reúnam as condições para aplicação das taxas regionais e que tenham optado pelo regime especial de determinação da matéria coletável às atividades de transporte marítimo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro.

Nos termos do artigo 2.º do anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, a categoria das PME, é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros.

Categoria de empresa	Efetivos	Volume de negócios ou	Balanço total
Média	< 250	≤ 50 milhões de euros	≤ 43 milhões de euros
Pequena	< 50	≤ 10 milhões de euros	≤ 10 milhões de euros
Micro	< 10	≤ 2 milhões de euros	≤ 2 milhões de euros

Sobre o conceito de PME, ver instruções ao quadro 3-A do rosto da declaração modelo 22.

Considera-se como uma empresa de pequena-média capitalização (*Small Mid Cap*) aquela que, não sendo PME, empregue menos de 500 pessoas.

Os sujeitos passivos que beneficiem da redução de taxa aplicável aos **territórios do interior no âmbito da Região Autónoma dos Açores**, nos termos do n.º 5 do artigo 41.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais e do artigo 38.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023/A, de 5 de janeiro, devem preencher o quadro 07.

Os sujeitos passivos que beneficiem da redução de taxa aplicável aos **territórios do interior no âmbito da Região Autónoma da Madeira**, nos termos do n.º 5 do artigo 41.º-B do EBF e do artigo 19.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/2021/M, de 30 de dezembro, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2022/M, de 30 de dezembro, cujas áreas territoriais beneficiárias foram aprovadas pela Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 852/2022, de 14 de setembro, também devem preencher o quadro 07.

As taxas regionais aplicáveis ao **período de tributação de 2023** para as entidades que exerçam, diretamente e a título principal, uma atividade económica de natureza comercial, industrial ou agrícola, são as seguintes:

- **Região Autónoma dos Açores** - aplicação do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio:
- **Região Autónoma da Madeira** - aplicação dos artigos 2.º e 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2001/M, de 20 de fevereiro, com a redação conferida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M, de 29 de dezembro:

Matéria coletável (em euros)	Pequenas e médias empresas e empresas de pequena-média capitalização (<i>Small Mid Cap</i>) Taxas (%)	Grandes empresas Taxas (%)
Até 50 000	11,9	14,7
Superior a 50 000	14,7	

Em caso de opção pelo regime especial de determinação da matéria coletável às atividades de transporte marítimo, as taxas a aplicar a toda a matéria coletável dos períodos de 2020 e posteriores, são as seguintes:

Circunscrição	Taxas (%)
Continente.....	21
Madeira	14,7
Açores	14,7

Cálculo do imposto para períodos de tributação iniciados em ou após 2014-01-01

- Para estes períodos de tributação, o imposto calculado pelas PME e pelas empresas de pequena-média capitalização (*Small Mid Cap*) é inscrito nos campos 7-A, 8-A, 9-A e 10-A, relativamente à matéria coletável até € 50.000,00 e nos campos 7-B, 8-B, 9-B, e 10-B, relativamente à matéria coletável excedente.
- As grandes empresas inscrevem o imposto apenas nos campos 7-B, 8-B, 9-B, e 10-B.
- As empresas que tenham optado pelo regime especial das atividades de transporte marítimo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro inscrevem o imposto correspondente a esse regime nos campos 7-C, 8-C, 9-C e 10-C.

Cálculo do imposto para períodos de tributação anteriores a 2014

- Para períodos de tributação de 2012 e 2013, o imposto calculado é inscrito apenas nos campos 7-B, 8-B, 9-B e 10-B.
- Para períodos de tributação compreendidos entre 2009 a 2011, inclusive, o imposto é inscrito nos campos 7-A e 7-B, 8-A e 8-B, 9-A e 9-B, 10-A e 10-B.

Cálculo do imposto quando seja aplicável o regime especial das atividades de transporte marítimo (períodos de tributação iniciados em ou após 2018-01-01)

- Para este regime especial de tributação das atividades de transporte marítimo, o imposto calculado é inscrito nos campos 7-C, 8-C, 9-C e 10-C.

Quadro 05 – Antigo regime simplificado (ex-art.º 58.º do CIRC), regimes de redução de taxa e entidades que não exercem a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola

- Este quadro é preenchido pelos sujeitos passivos:
 - ✓ que estejam abrangidos por um regime de redução de taxa; ou
 - ✓ **que não exercem a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola;**
 - ✓ **ou que estejam** enquadrados no **antigo** regime simplificado.
- Nos casos de regimes de redução de taxa, o valor a indicar no campo 21 é o da taxa referida no campo respetivo do quadro 08.1 da declaração. Para o período de tributação de 2016 e seguintes, a taxa aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira é de 5% (artigos 36.º e 36.º-A do EBF).
- No caso das entidades que não exercem, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola, a taxa a indicar no campo 21, para os períodos de tributação iniciados em ou após 2016-01-01, é de 21%.
- No caso do antigo regime simplificado, a taxa a indicar no campo 21 é sempre 20%. Note-se que este regime encontra-se revogado e só se aplica a períodos de tributação até 2010 inclusive.

Quadro 06 – Regime geral sem aplicação das taxas regionais

- Este quadro é preenchido pelos sujeitos passivos que exerçam, diretamente e a título principal, uma atividade económica de natureza agrícola, comercial ou industrial, **quer sejam ou não qualificados como PME**, nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, **mas que não beneficiem das taxas regionais**, nomeadamente, as empresas que exerçam atividades financeiras, bem como do tipo ‘serviço intragrupo’ (centros de coordenação, de tesouraria ou de distribuição) e as entidades enquadradas no regime especial de tributação de grupos de sociedades, as quais são tributadas à taxa geral em vigor para a circunscrição fiscal do continente. Não devem preencher este quadro as entidades enquadradas no regime especial de tributação de grupos de sociedades, que beneficiem da situação prevista no n.º 16 do artigo 69.º do CIRC, as quais devem preencher o quadro 06-A (Regime de grupos de sociedades com aplicação das taxas regionais).

Cálculo do imposto para períodos de tributação iniciados em ou após 2014-01-01

- Para estes períodos de tributação, o imposto calculado pelas PME e pelas empresas de pequena-média capitalização (*Small Mid Cap*) é inscrito nos campos 17-A, 18-A, 19-A e 20-A, relativamente à matéria coletável até € 50.000,00 e nos campos 17-B, 18-B, 19-B, e 20-B, relativamente à matéria coletável excedente.
- As grandes empresas inscrevem o imposto apenas nos campos 17-B, 18-B, 19-B, e 20-B.

Cálculo do imposto para períodos de tributação anteriores a 2014

- Para períodos de tributação de 2012 e 2013, o imposto calculado é inscrito apenas nos campos 17-B, 18-B, 19-B e 20-B.
- Para períodos de tributação compreendidos entre 2009 a 2011, inclusive, o imposto é inscrito nos campos 17-A e 17-B, 18-A e 18-B, 19-A e 19-B, 20-A e 20-B.

Quadro 06-A – Regime de grupos de sociedades com aplicação das taxas regionais

- Este quadro é preenchido pelas entidades tributadas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades, quando todas as sociedades do grupo tenham a sua sede e direção efetiva numa mesma região autónoma e não possuam sucursais, delegações, agências, escritórios, instalações ou quaisquer formas de representação permanente sem personalidade jurídica própria noutra circunscrição, ou seja, nas condições previstas no n.º 16 do artigo 69.º do CIRC.

Cálculo do imposto para períodos de tributação iniciados em ou após 2023-01-01

- Para estes períodos de tributação, o imposto calculado pelas PME e pelas empresas de pequena-média capitalização (*Small Mid Cap*) é inscrito nos campos 22-A, 23-A e 24-A, relativamente à matéria coletável até € 50.000,00 e nos campos 22-B, 23-B e 24-B, relativamente à matéria coletável excedente.
- As grandes empresas inscrevem o imposto apenas nos campos 22-B, 23-B e 24-B.

Quadro 07 – Benefício de redução de taxa aplicável aos territórios do interior situados nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

Taxa de IRC aplicável na Região Autónoma da Madeira

Este quadro deve ser preenchido pelos sujeitos passivos que beneficiem da redução de taxa aplicável aos territórios do interior no âmbito da **Região Autónoma da Madeira**, nos termos do n.º 6 do artigo 41.º-B do EBF e do artigo 19.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/2021/M, de 30 de dezembro, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2022/M, de 30 de dezembro e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M, de 29 de dezembro.

O benefício de redução de taxa aplica-se às empresas que exerçam diretamente e a título principal uma atividade económica de natureza agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços, que sejam qualificadas como micro, pequenas ou médias empresas e pelas empresas de pequena-média capitalização (*Small Mid Cap*), nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, nas áreas territoriais beneficiárias da Região Autónoma da Madeira.

De acordo com a Resolução do Conselho do Governo Regional da Madeira n.º 852/2022, de 14 de setembro, as áreas territoriais abrangidas correspondem às dos seguintes municípios: Santana, Porto Santo, São Vicente e Porto Moniz.

As taxas regionais aplicáveis ao **período de tributação de 2023** para as entidades beneficiárias da redução de taxa aplicável aos territórios do interior no âmbito da Região Autónoma da Madeira, são as seguintes:

Matéria coletável (em euros)	Pequenas e médias empresas e empresas de pequena-média capitalização (Small Mid Cap) Taxas (%)
Até 50 000	8,75
Superior a 50 000	14,7

- Para o período de tributação de 2023, o imposto calculado pelas PME e pelas empresas de pequena-média capitalização (*Small Mid Cap*) é inscrito nos campos 2-A, 3-A, 4-A e 5-A, relativamente à matéria coletável até € 50.000,00 e nos campos 2-B, 3-B, 4-B, e 5-B, relativamente à matéria coletável excedente.

Taxa de IRC aplicável na Região Autónoma dos Açores

Este quadro também deve ser preenchido pelos sujeitos passivos que beneficiem da redução de taxa aplicável aos territórios do interior no âmbito da **Região Autónoma dos Açores**, nos termos do n.º 6 do artigo 41.º-B do EBF e do artigo 38.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023/A, de 5 de janeiro.

O benefício de redução de taxa aplica-se às empresas que exerçam diretamente e a título principal uma atividade económica de natureza agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços, que sejam qualificadas como micro, pequenas ou médias empresas (PME), nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, nas áreas territoriais beneficiárias da Região Autónoma dos Açores.

As taxas regionais aplicáveis ao **período de tributação de 2023** para as entidades beneficiárias da redução de taxa aplicável aos territórios do interior no âmbito da Região Autónoma dos Açores, são as seguintes:

Matéria coletável (em euros)	Pequenas e médias empresas Taxas (%)
Até 50 000	8,75
Superior a 50 000	14,7

- Para o período de tributação de 2023, o imposto calculado pelas PME é inscrito nos campos 2-A, 3-A, 4-A e 5-A, relativamente à matéria coletável até € 50.000,00 e nos campos 2-B, 3-B, 4-B, e 5-B, relativamente à matéria coletável excedente.